CISION

Jornal de Notícias

Meio: Imprensa **Âmbito:** Informação Geral
País: Portugal **Period.:** Diária
Área: 1434,9cm² **Pág:** 4-5,1

ID: 126057685 13-11-2026



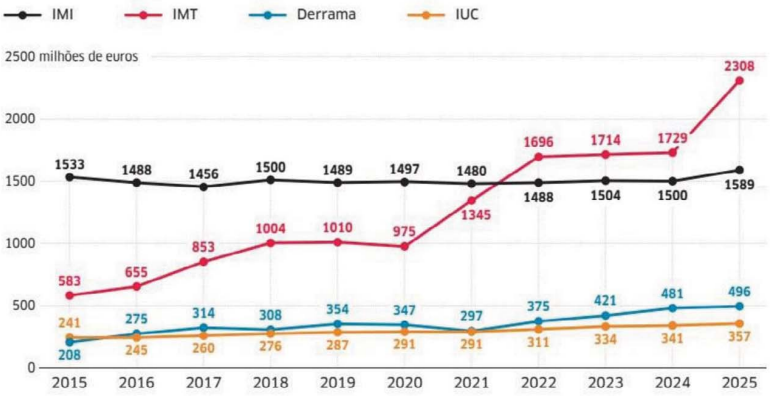
PRIMEIRO PLANO

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2025

20 municípios com maior receita fiscal
(Valores em milhões de euros)

	Receita Fiscal	Receita IMT	Peso do IMI no montante da receita fiscal
Loulé	137,6	102,6	74,6%
Lagos	49,5	35,9	72,5%
Cascais	246,2	172,8	70,2%
Funchal	56,2	33,5	59,7%
Albufeira	56,3	33,2	59%
Porto	202,2	116,9	57,8%
Faro	37,9	21,5	56,7%
Palmela	39	21,9	56,3%
Oeiras	158,1	86,4	54,6%
Almada	80,6	43,7	54,3%
Seixal	74,1	40,1	54,1%
V. N. Gaia	140,9	73,7	52,3%
Mafra	57,1	29,5	51,3%
Lisboa	613,1	313,3	51,1%
Sesimbra	35,9	18,2	50,7%
Amadora	61,8	30,6	49,5%
Portimão	49	24	49,1%
Sintra	150,3	73,2	48,7%
Odivelas	55,6	26,9	48,4%
Matosinhos	85,9	41,1	47,9%
V. F. Xira	52	24,7	47,4%
Setúbal	60,9	28,4	46,6%
Coimbra	67,9	30,3	44,6%
Loures	86,8	37,7	43,4%
Maia	66,5	27,9	42%

Evolução da cobrança dos impostos diretos (Valores em milhões de euros)



Top 10 municípios com maior índice de impostos por habitante (euros)



FONTE: ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2025 INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA

Venda de casas dá 320 mil euros por dia à Câmara do Porto e 858 mil a Lisboa

A capital foi a Câmara do país que mais dinheiro arrecadou com o IMT em 2025. Anuário Financeiro dos Municípios mostra dependência elevada e crescente do imposto nas contas municipais

Carla Sofia Luz
e Diana Morais Ferreira
locais@jn.pt

PODER LOCAL A subida exponencial do preço das casas está a engordar os cofres municipais. No ano passado, a Câmara do Porto arrecadou, em média, mais de 320 mil euros por dia com a cobrança do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e só Cascais e Lisboa conseguiram melhor. A capital amealhou 858,4 mil euros por dia, enquanto Cascais recebeu 473,5 mil euros diários. Embora não tenha sido o Município do país onde os proveitos mais crescem, ninguém ganha tanto quanto Lisboa com a venda de habitações: cobrou 313,3 milhões e foi o melhor registo da década.

Aliás, 2025 foi um ano de recordes no que toca ao retorno do mercado imobiliário para as autarquias. O IMT, que é devido quando se compra uma habitação ou há transferência da propriedade, atingiu o valor recorde de 2,3 mil milhões de euros e já vale 15,4% das receitas totais camarárias. Há uma década, em 2015, esse imposto dava apenas 583 milhões às autarquias. De 2024 para 2025, os proveitos engordaram 579 milhões de euros, representando 48,6% do montante arrecadado com os impostos diretos e 15,4% na receita municipal total, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2025, apresentado ontem no auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados, no Porto.

"O IMT aumentou 33% em municípios de grande dimensão, isto é mais de 330 milhões de euros, 36% nos municípios de média dimensão, correspondendo a cerca de 209 milhões de euros, e 28% nos municípios de pequena dimensão, ou seja, cobraram mais de 39,8 milhões de euros [face a 2024]. Dos 2,3 mil milhões

CISION

Jornal de Notícias

ID: 126057685

13-11-2026

Meio: Imprensa
País: Portugal
Área: 1434,9cm²
Âmbito: Informação Geral
Period.: Diária
Pág: 4-5,1

Redução dos fundos comunitários preocupa autarcas

Municípios temem impacto do fim do Plano de Recuperação e Resiliência e pedem verbas e autonomia

Diana Morais Ferreira
diana.ferreira@jn.pt

PORTO A escassez de recursos financeiros, com a redução dos fundos comunitários, é uma das preocupações das autarquias para os próximos dez anos, que, com isto, temem perder autonomia. Os municípios pedem verbas adequadas, para que possam "dar novos passos em novas áreas".

"Os próximos dez anos não vão ser fáceis para as autarquias. Os fundos comunitários vão diminuir e isso vai afetar os fundos de coesão e colocar os municípios numa situação desvantajosa", afirmou Andra Nikolic, responsável da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), ontem, na apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que decorreu no Porto.

Andra Nikolic explicou, ainda, que o aprofundamento da descentralização, com a atribuição de um maior número de competências para as autarquias, irá trazer ainda mais pressão para os municípios. "O serviço prestado pelas autarquias é bastante melhor, mas exerce pressão. As autarquias têm um conjunto cada vez maior de competências, ao mesmo tempo que são confrontadas com a escassez de recursos financeiros e humanos. E isso só se vai agravar".

DISCURSO DIRETO



Isabel Ferreira
Pres. da Câmara de Bragança

"Só podemos manter a nossa autonomia, se tivermos recursos financeiros. Devemos todos ser uníssonos na defesa desta descentralização da gestão de fundos"



Ricardo Araújo
Pres. da Câmara de Guimarães

"É provável que haja uma diminuição da capacidade de investimento. Os próximos dez anos serão marcados com determinadas áreas, que não foram [tão investidas] nas últimas décadas"



ANDRÉ ROLO

Apresentação decorreu no Porto e juntou autarcas

COOPERAM COM O ESTADO

Pedro Pimpão, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relembrou que é fundamental que as câmaras tenham mais verbas, para que possam continuar a investir. "Neste momento, os municípios portugueses têm um conjunto vasto de responsabilidades e muitas delas não estão associadas à componente financeira. Responsabilidades que eram da Administração Central e que nós estamos a assumir. Financeiramente, o grande desafio do nosso país é fazer justiça pelas autarquias locais, adequar as verbas que são transferidas às competências, para podermos dar novos passos em novas áreas", sublinhou.

Já as freguesias apelam a uma maior autonomia, de modo a "servir os cidadãos" da melhor forma. "Vamos entrar num novo ciclo da democracia e de modernização administrativa. O grande desafio será manter aquilo que tem sido a cooperação do Estado, dos municípios e das freguesias e que esta cooperação seja verdadeira e proporcione autonomia aos municípios e às freguesias, para continuarmos a servir as nossas comunidades", afirmou Luís Correia, vice-presidente da Associação Nacional de Freguesias.

de euros cobrados em IMT pelos 308 municípios, 58% deste aumento foi nos 24 municípios de grande dimensão, 34% nos 99 municípios de média dimensão e 8% nos 184 municípios de pequena dimensão", explicou Maria José Fernandes, da Universidade Politécnica do Cávado e Ave e uma das autoras do anuário. Os outros dois autores são Pedro Camões, da Universidade de Aveiro, e Susana Jorge, da Universidade de Coimbra e membro do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho.

TRÊS SÓ COM PERDAS

Esta subida generalizada demonstra que o problema da acessibilidade à habitação já há muito deixou de ser apenas das áreas metropolitanas e das grandes cidades. Mas nem todos ficaram a ganhar.

Há 51 câmaras que até viram a receita do IMT baixar em 2025 (foram menos 89 do que em 2024), como Gavião (-73,2%), no distrito de Portalegre, Freixo de Espada à Cinta (-55,2%), no distrito de Bragança, e Aguiar da Beira (-32%), no distrito da Guarda. Já Mourão (distrito de Évora), Oleiros (distrito de Castelo Branco) e Penela (distrito de Coimbra) foram as únicas autarquias que tiveram, simultaneamente, perdas nos proveitos do IMT e do imposto municipal sobre imóveis (IMI).

O anuário, que já vai na 22.ª edição, apresenta o ranking das 35 autarquias com maior receita do IMT. Todas amealharam mais milhões do que no ano passado. Em Palmela, o crescimento foi de 90,5%. Em Vila Franca de Xira e Oeiras, superou os 70%. Destacaram-se, ainda, Amadora, Gaia e Gondomar, com subidas acima dos 50% nos ganhos com o mercado imobiliário. Contudo, o top 10 dos municípios que mais dinheiro ganharam com o IMT é liderado pela capital. Seguem-se Cascais, com uma receita anual de 172,8 milhões, e Porto, que arrecadou 116,8 milhões.

Numa lista composta maioritariamente por autarquias das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa – o único intruso é Loulé, do Algarve, na quarta posição –, seguem-se Oeiras (86,3 milhões), Gaia (73,7 milhões), Sintra (73,1 milhões), Almada (43,7 milhões), Matosinhos (41,1 milhões) e, por fim, Seixal (40 milhões).

GRANDE DEPENDÊNCIA

Na verdade, a dependência do dinheiro proveniente dos negócios imobiliários nas receitas fiscais das câmaras é muito significativa (ver infografia). Mesmo na capital, que tem o triplo da receita fiscal do Porto e quatro vezes mais do que Sintra e Gaia (o segundo e o terceiro concelhos mais populosos do país, a seguir a Lisboa), os ganhos com o IMT valem 51% dos proveitos fiscais. No Porto, esse contributo ainda é superior: corresponde a 57,8%. Em Loulé, Lagos (ambas no Algarve) e Cascais, o peso do IMT ultrapassa os 70%.

No anuário, editado pela Ordem dos Contabilistas Certificados, merece realce o facto de Grândola – Câmara de pequena dimensão – ser a autarquia que mais impostos cobra por habitante. Castro Marim e Loulé figuram na segunda e terceira posições. Cascais é sétima, Lisboa é nona e Porto 16.ª.

Pontos do relatório

Taxa turística
Em 2025, Lisboa arrecadou o maior volume de taxa municipal turística: 83,2 milhões de euros, mais 66,8% do que no ano anterior e o equivalente a 44,6% do total cobrado no país. Seguiu-se o Porto, com 30 milhões de euros (+50,6%).

IMI
A receita gerada com o imposto municipal sobre imóveis (IMI) ascendeu, em 2025, aos 1,59 mil milhões de euros (mais 6% do quem 2024). Em 2025, 276 municípios aumentaram a coleta de IMI, destacando-se Lisboa (+5,5 milhões de euros), o Porto (+3,6 milhões de euros) e Gaia (+3,3 milhões de euros).

Eficiência
Sintra lidera o ranking de municípios de grande dimensão com melhor eficiência financeira. Feira está em segundo e o Porto no quarto lugar. Já entre os municípios de média dimensão, destaca-se Montijo e, entre os municípios de pequena dimensão, Coruche lidera a tabela.

Proveitos
A receita total do Município do Porto corresponde a cerca de um terço dos proveitos obtidos em Lisboa (613 milhões de euros), apesar de a Invicta ter cerca de 42% da população da capital.